



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 - UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016**

**NÍVEL E (Nível Superior)
ASSISTENTE SOCIAL**

28 de agosto de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de 1 a 10.

Pode uma mulher governar?

Por Carla Rodrigues

1 Pode o subalterno falar? Não, responde a filósofa indiana Gaiatri Spivak* num ato performativo
2 em que, ao dizer não, já está problematizando a interdição da voz subalterna e dando início a um
3 importante debate sobre pós-colonialismo e gênero. Para pensar os retrocessos de gênero no Brasil,
4 em particular, e na América Latina, em geral, faço uma analogia a esta pergunta – “pode uma mulher
5 governar?” – para, com Spivak, responder não. [...]

6 No início dos anos 1990, a feminista norte-americana Susan Faludi publicou “Backlash”**, livro
7 em que identificava as inúmeras formas de retrocesso em relação aos avanços no campo feminista
8 desde os anos 1960 (para uma excelente recuperação desta história, ver “She’s beautiful when she’s
9 angry”***, documentário em cartaz no Netflix). O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a
10 famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que, aos 35 anos, uma mulher com diploma
11 superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um
12 movimento de “volta ao fogão”, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa.

13 A recente campanha #belarecatadaedolar expressou, de certa forma, esse jogo de forças
14 ativas e reativas. Em contraposição à presidência da República exercida por uma mulher, uma revista
15 semanal veiculou perfil da mulher do presidente interino Michel Temer, cujos atributos eram os mesmos
16 que nos fariam voltar alguns séculos ao passado. Beleza para agradar o marido, comportamento
17 domesticável, em ambiente familiar e caseiro. A reportagem fez eclodir um tipo de revolta muito
18 parecida com as manifestações de repúdio ao texto da Newsweek que motivou Faludi a perceber os
19 retrocessos na sociedade norte-americana.

20 Penso que, no caso do Brasil e da América Latina, o mais grave do nosso “backlash” está no
21 fato de que mesmo os mínimos avanços produzem reações muito violentas. Apesar de anos de luta, o
22 movimento de mulheres ainda não conseguiu a descriminalização do aborto. Pequenas conquistas,
23 como o fim da obrigatoriedade do registro de boletim de ocorrência para interrupção de gravidez em
24 caso de estupro, estão ameaçadas pela ação danosa do deputado Eduardo Cunha. No âmbito
25 estadual, foi preciso uma grande mobilização para impedir a aprovação de uma lei que obrigaria
26 profissionais de saúde do Estado do Rio de Janeiro a notificar a polícia sempre que uma mulher
27 chegasse a um hospital com complicações pós-aborto.

28 Neste contexto de pequenas conquistas e grandes retrocessos, Dilma esteve sob ataque
29 desde o início do seu primeiro mandato. Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino
30 e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como “jararaca”.
31 De certa forma, é como se sua figura austera tivesse encarnado a abjeção da sociedade brasileira em
32 relação a uma mulher no poder. Insistentemente, ela buscou responder “sim, pode uma mulher
33 governar”, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder. Talvez tenha
34 sido, aos olhos de muitos, esse o “crime” cometido pela presidenta. Talvez por isso estejamos
35 enfrentando esse retrocesso perturbador com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram
36 o poder.

Gaiatri Spivak: crítica e teórica indiana, mais conhecida por seu artigo *Can the Subaltern Speak?* (*Pode o subalterno falar?*), considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo

** **Backlash** = retrocesso

*** **She’s beautiful when she’s angry** = Ela é bonita quando está com raiva

Disponível em <http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/05/24/pode-uma-mulher-governar/>.
Acessado em 24 de maio de 2016. (Texto adaptado)

1 Em **Pode uma mulher governar?**, Carla Rodrigues argumenta em favor da tese de que

- (A) às pessoas subalternas não é dado o direito de expressão.
- (B) a sociedade latino-americana é especialmente machista.
- (C) as mulheres não são capacitadas para governar.
- (D) mulheres diplomadas raramente se casam.
- (E) mulheres poderosas enfrentam fortes reações.

- 2 No segundo parágrafo do texto, a autora menciona Susan Faludi, para quem
- (A) o movimento feminista ganhou força nos anos 60.
 - (B) as revistas femininas repelem o movimento feminista.
 - (C) a revista Newsweek veiculava conteúdo machista.
 - (D) o retrocesso da causa feminista é perceptível há décadas.
 - (E) a função da mulher é administrar sua casa.
- 3 No terceiro parágrafo, Carla Rodrigues
- (A) destaca a reação à campanha #belarecatadaedolar.
 - (B) critica o perfil da esposa do presidente interino.
 - (C) valoriza o estereótipo da presidente afastada.
 - (D) critica a motivação da campanha #belarecatadaedolar.
 - (E) compara matérias veiculadas em diferentes épocas.
- 4 Na opinião da autora do texto,
- (A) Dilma não atende ao estereótipo feminino socialmente aceito.
 - (B) o aborto deve ser legalizado para o bem das mulheres.
 - (C) as reações são desproporcionais aos avanços feministas.
 - (D) os casos de complicações pós-aborto não devem ser notificados.
 - (E) a atuação de Eduardo Cunha prejudica as mulheres.
- 5 A autora empregou linguagem coloquial em
- (A) “Não, responde a filósofa indiana Gaiatri Spivak num ato performativo em que, ao dizer não, já está problematizando a interdição da voz subalterna e dando início a um importante debate sobre pós-colonialismo e gênero.” (linhas 1 a 3)
 - (B) “O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que, aos 35 anos, uma mulher com diploma superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um movimento de “volta ao fogão”, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa.” (linhas 9 a 12)
 - (C) “A reportagem fez eclodir um tipo de revolta muito parecida com as manifestações de repúdio ao texto da Newsweek que motivou Faludi a perceber os retrocessos na sociedade norte-americana.” (linhas 17 a 19)
 - (D) “Apesar de anos de luta, o movimento de mulheres ainda não conseguiu a descriminalização do aborto.” (linhas 21 e 22)
 - (E) “Talvez por isso estejamos enfrentando esse retrocesso perturbador com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram o poder.” (linhas 34 a 36)
- 6 Em “O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que, aos 35 anos, uma mulher com diploma superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um movimento de ‘volta ao fogão’, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa.” (linhas 9 a 12), a palavra *batida* é sinônimo de
- (A) *insistente*.
 - (B) *antiquada*.
 - (C) *decadente*.
 - (D) *desgastada*.
 - (E) *cansada*.

7 A autora poderia ter empregado dois pontos entre os períodos

- (A) “Em contraposição à presidência da República exercida por uma mulher, uma revista semanal veiculou perfil da mulher do presidente interino Michel Temer, cujos atributos eram os mesmos que nos fariam voltar alguns séculos ao passado.” (linhas 14 a 16) e “Beleza para agradar o marido, comportamento domesticável, em ambiente familiar e caseiro.” (linhas 16 e 17)
- (B) “Beleza para agradar o marido, comportamento domesticável, em ambiente familiar e caseiro.” (linhas 16 e 17) e “A reportagem fez eclodir um tipo de revolta muito parecida com as manifestações de repúdio ao texto da Newsweek que motivou Faludi a perceber os retrocessos na sociedade norte-americana.” (linhas 17 a 19)
- (C) “Penso que, no caso do Brasil e da América Latina, o mais grave do nosso ‘backlash’ está no fato de que mesmo os mínimos avanços produzem reações muito violentas.” (linhas 20 e 21) e “Apesar de anos de luta, o movimento de mulheres ainda não conseguiu a descriminalização do aborto.” (linhas 21 e 22)
- (D) “Neste contexto de pequenas conquistas e grandes retrocessos, Dilma esteve sob ataque desde o início do seu primeiro mandato.” (linhas 28 e 29) e “Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como ‘jararaca’.” (linhas 29 e 30)
- (E) “Talvez tenha sido, aos olhos de muitos, esse o ‘crime’ cometido pela presidenta.” (linhas 33 e 34) e “Talvez por isso estejamos enfrentando esse retrocesso perturbador com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram o poder.” (linhas 34 a 36)

8 As aspas indicam ironia em

- (A) *Para pensar os retrocessos de gênero no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral, faço uma analogia a esta pergunta – “pode uma mulher governar?” – para, com Spivak, responder não. [...] (linhas 3 a 5)*
- (B) *O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que aos 35 anos, uma mulher com diploma superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um movimento de “volta ao fogão”, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa. (linhas 9 a 12)*
- (C) *Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como “jararaca”. (linhas 29 e 30)*
- (D) *Insistentemente, ela buscou responder “sim, pode uma mulher governar”, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder. (linhas 32 e 33)*
- (E) *Talvez tenha sido, aos olhos de muitos, esse o “crime” cometido pela presidenta. (linhas 33 e 34)*

9 O discurso direto ocorre em

- (A) “Para pensar os retrocessos de gênero no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral, faço uma analogia a esta pergunta – ‘pode uma mulher governar?’ – para, com Spivak, responder não.” (linhas 3 a 5)
- (B) “No início dos anos 1990, a feminista norte-americana Susan Faludi publicou ‘Backlash’, livro em que identificava as inúmeras formas de retrocesso em relação aos avanços no campo feminista desde os anos 1960 (para uma excelente recuperação desta história, ver ‘She’s beautiful when she’s angry’, documentário em cartaz no Netflix).” (linhas 6 a 9)
- (C) “A recente campanha #belarecatadaedolar expressou, de certa forma, esse jogo de forças ativas e reativas.” (linhas 13 e 14)
- (D) “Penso que, no caso do Brasil e da América Latina, o mais grave do nosso ‘backlash’ está no fato de que mesmo os mínimos avanços produzem reações muito violentas.” (linhas 20 e 21)
- (E) “Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como ‘jararaca’.” (linhas 29 e 30)

10 Em “Insistentemente, ela buscou responder ‘sim, pode uma mulher governar’, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder.” (linhas 32 e 33), a conjunção e expressa

- (A) explicação.
- (B) condição.
- (C) oposição.
- (D) causa.
- (E) concessão.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 Preconiza a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a posse dar-se-á
- (A) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres e as responsabilidades, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
 - (B) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.
 - (C) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
 - (D) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições e os deveres, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
 - (E) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá, para quitar o débito, o prazo de
- (A) trinta dias.
 - (B) quarenta dias.
 - (C) noventa dias.
 - (D) sessenta dias.
 - (E) quarenta e cinco dias.
- 13 Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais
- (A) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário; V - adicional noturno; VI - adicional de férias; VII - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VIII - gratificação por encargo de curso ou concurso.
 - (B) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional noturno; IV - adicional de férias; V - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VI - gratificação por encargo de curso ou concurso, unicamente.
 - (C) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário; V - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VI - gratificação por encargo de curso ou concurso, unicamente.
 - (D) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário; V - adicional noturno; VI - adicional de férias, unicamente.
 - (E) I - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; II - adicional pela prestação de serviço extraordinário; III - adicional noturno; IV - adicional de férias; V - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VI - gratificação por encargo de curso ou concurso, unicamente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 14 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a demissão será aplicada nos seguintes casos
- (A) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VI - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; VIII - corrupção; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
 - (B) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
 - (C) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos; IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; XI - corrupção; XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.
 - (D) I - crime contra a administração pública; II - improbidade administrativa; III - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; IV - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; V - aplicação irregular de dinheiros públicos; VI - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; VIII - corrupção; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
 - (E) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - corrupção; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
- 15 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar:
- (A) o substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a sessenta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.
 - (B) remoção é o deslocamento do servidor, que poderá ser somente de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (C) redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, sem a necessidade de prévia apreciação do órgão central do SIPEC.
 - (D) a vacância do cargo público decorrerá única e exclusivamente de: exoneração; demissão; e aposentadoria.
 - (E) vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível; e a remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 16 De acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, dentre outros deveres do servidor público, podemos afirmar que são deveres fundamentais:
- (A) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, sem a obrigação de exigir as providências cabíveis; cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, sem a obrigação de obedecer critério, segurança e rapidez; não exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos; divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, sem estimular o seu integral cumprimento.
 - (B) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, sem a obrigação de evitar dano moral ao usuário; ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, sem o dever de respeitar a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social; resistir com limitações de quaisquer servidores e de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas, sem a obrigação de denunciá-las.
 - (C) não facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito; não participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum; não abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei; não zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, sem a obrigação de seguir os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
 - (D) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;
 - (E) retardar, sempre que possível, qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ter consciência de que seu trabalho não é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; apresentar-se ao trabalho com vestimentas não necessariamente adequadas ao exercício da função; manter-se atualizado, sem obrigação com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 17 Em conformidade com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Dentre outros princípios e diretrizes, a gestão dos cargos do plano de carreira observará:
- (A) I - natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino; II - dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes; III - qualidade do processo de trabalho; VII - desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais; VIII - garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal; X - oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.
 - (B) I - demandas institucionais; II - proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III - inovações tecnológicas; e IV - modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) I - plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II - padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; III - nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.
 - (D) I - nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; II - cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; III - ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal.
 - (E) I - nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; II - modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição; III - ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Nesse decreto, entende-se por:
- (A) I - eventos de capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; II - capacitação: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e III - gestão por competência: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (B) I - capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; II - gestão por competência: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e III - eventos de capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (C) I - gestão por competência: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; II - eventos de capacitação: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e III - capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (D) I - capacitação: incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho; II - gestão por competência: incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal; estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional; III - eventos de capacitação: considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor complementares entre si; oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos.
 - (E) I - capacitação: promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; II - eventos de capacitação: incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e assegurar a ele a participação nessas atividades; III - gestão por competência: avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação; elaborar o plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dentre outros objetivos, o referido decreto instituiu o Programa de Avaliação de Desempenho que terá por finalidade promover o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade. O resultado do referido programa deverá:
- (A) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; III - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e IV - aferir o mérito para progressão, única e exclusivamente.
 - (B) I - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; II - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; III - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e IV - aferir o mérito para progressão, única e exclusivamente.
 - (C) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; III - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e IV - aferir o mérito para progressão, única e exclusivamente.
 - (D) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; III - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; e IV - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional, única e exclusivamente.
 - (E) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; III - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; IV - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e V - aferir o mérito para progressão.
- 20 O Decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005, que institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Uma das finalidades do referido decreto foi a criação do Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de
- (A) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordená-las sem a obrigação de avaliar a execução dessas ações.
 - (B) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, sem o dever de coordenar e avaliar a execução dessas ações.
 - (C) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações.
 - (D) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, sem a obrigação de coordenar, devendo avaliar a execução dessas ações.
 - (E) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, única e exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Invariavelmente, abordar Planejamento na atualidade remete a pensar em Planejamento Estratégico, que é uma das ferramentas incorporadas ao trabalho social, no sentido de
- (A) manipular variáveis independentes na organização da intervenção social para uma ação pública e individual.
 - (B) manter alianças políticas e estratégias corporativas e organizacionais para um trabalho focado nas organizações.
 - (C) apontar uma única direção na intervenção, evitando transtornos operacionais que podem prejudicar as estratégias comunitárias.
 - (D) implementar forças contraditórias às questões sociais, favorecendo maior esclarecimento das ações sociais.
 - (E) imprimir maior dinamicidade, organização e concretude à intervenção profissional aliada a uma competência técnica e política.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

22 Quanto à Assessoria em Serviço Social, é correto afirmar:

- (A) É uma forma indireta de prestar serviços a diversas organizações, sendo o assistente social responsável pela execução desta atividade.
- (B) Implica vínculo empregatício pela complexidade das ações ou, pelo menos, contrato duradouro.
- (C) Como se vincula às demandas sociais, é considerado um trabalho que alcança as minorias sociais.
- (D) Requer como habilidade fundamental a negociação empresarial, a mediação de conflitos e a apropriação do instrumental técnico-operativo do serviço social.
- (E) É um processo de trabalho que compõe toda a atividade prática do assistente social na gestão dos serviços públicos.

23 O estágio supervisionado é uma etapa essencial na formação profissional do(a) assistente social, permitindo ao(à) estagiário(a) a experiência e análise crítica do processo de trabalho do(a) assistente social, em todas as suas fases e dimensões, investigativa, propositiva e interventiva. Sobre o processo de supervisão, analise as afirmativas seguintes.

- I No processo de trabalho de supervisão, o tempo de trabalho é constituinte do processo de formação do(a) aluno(a) e do trabalho dos(as) supervisores(as).
- II O processo de supervisão pressupõe um conjunto de ações com objetivo central de encontrar a solução para um problema do campo e tem por base procedimentos sistemáticos, porém aleatórios.
- III As instituições que oferecem campos de estágios demandam uma relação imediatista e pragmática do significado e sentido da aprendizagem, cabendo ao(a) supervisor(a) mediar essa demanda visando clarificar a necessidade utilitarista da intervenção profissional.
- IV O processo de supervisão deve possibilitar que o(a) aluno(a) apreenda as demandas institucionais expressas dos espaços socioocupacionais como particularidades que mostram tanto as determinações da universalidade e de suas leis tendenciais históricas como a singularidade dos sujeitos usuários dos serviços.
- V O objetivo específico do processo de supervisão em Serviço Social é produzir respostas práticas para intervir na realidade, procurando sempre mensurar dados quantitativos desta realidade e focando mais no método do que no resultado da intervenção.

Estão corretas

- (A) II e V, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, III e V, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I e IV, somente.

24 Nos projetos elaborados cuja tônica seja a avaliação de políticas públicas é correto afirmar:

- (A) todos os conceitos são homogêneos tendo em vista que a avaliação segue uma metodologia própria.
- (B) existe uma evolução da pesquisa atribuída à avaliação desde a década de 1960, ainda válida na atualidade.
- (C) em distintas fases da evolução da avaliação de políticas públicas, prevalece sua função de informação.
- (D) durante a década 1990 o foco da avaliação é concentrado na função de legitimação.
- (E) por ser de caráter gerencial, a avaliação de políticas públicas não teve destaque nas reformas do setor público.

25 Ainda que seja pouco estudado, o método fenomenológico no Serviço Social inspira temáticas desde a pesquisa até a aplicação metodológica de pensar a realidade social. Segundo os princípios da fenomenologia existencial, as categorias trabalhadas são

- (A) totalidade, subjetividade, intencionalidade, consciência, verdade.
- (B) eidos, lógica transcendental, ego imanente, noema, noesis.
- (C) corpo próprio, intersubjetividade, liberdade, consciência crítica, mundo.
- (D) historicidade, temporalidade, lógica imanente, essência, intuição.
- (E) intuição intelectual, hermenêutica, redução transcendental, cogito, alteridade.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

26 Sobre o estudo social, é correto afirmar:

- (A) Os instrumentais técnico-operativos mais frequentes utilizados no estudo social são a observação, o estudo de caso e a história oral.
- (B) O profissional toma parte da situação do usuário para defendê-lo perante o juiz.
- (C) A perícia técnica diz respeito ao acréscimo de corpo de delito, solicitado ao usuário para subsidiar intervenção do assistente social.
- (D) A perícia é o estudo social, realizado com base nos fundamentos interventivos e investigativos do Serviço Social e com finalidades relacionadas a avaliações e julgamentos.
- (E) No sistema judiciário, a perícia só pode ser realizada por assistente social constituído como perito pelo juiz responsável pela ação judicial contra o usuário.

27 Por meio da análise da questão social, pode-se problematizar a história das sociedades, seus dilemas e suas perspectivas. Partindo deste pressuposto, discutir a questão social significa um modo de se evidenciar alguns dos dilemas cruciais do cenário contemporâneo. Sobre esses dilemas, avalie os itens abaixo como verdadeiros ou falsos.

- () O enriquecimento da população e o fim dos conflitos entre as classes.
- () A crise dos modelos conhecidos como *Welfare state*.
- () As novas clivagens e diferenciação produzidas pela reestruturação produtiva.
- () O esgotamento do chamado modelo fordista de regulação do mercado de trabalho.
- () O modo de produção feudal e seus rebatimentos na questão social.

A sequência correta é

- (A) F, V, V, V, F.
- (B) V, F, V, F, F.
- (C) V, V, V, V, V.
- (D) F, V, V, F, F.
- (E) V, F, V, V, F.

28 Nos debates acerca da ética, é possível identificar uma concepção tradicional entre ética e filosofia na produção clássica do Serviço Social. Nestes termos, esta concepção sobre ética significa um(uma)

- (A) unidade entre ética e deontologia.
- (B) fundamentação em bases dialéticas.
- (C) concepção fundamentada em pressupostos metafísicos e idealistas.
- (D) reflexão das bases filosóficas e ontológicas.
- (E) conjunto de expressões das contradições da questão social.

29 Em 1967, ocorreu o Seminário de Teorização do Serviço Social, em Araxá, Minas Gerais, para estudar e teorizar a Metodologia do Serviço Social, que foi promovido pelo(a)

- (A) ABESS- Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.
- (B) CELATS – Centro Latino-Americano de Trabalho Social.
- (C) CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social.
- (D) CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social.
- (E) CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

30 O Serviço Social é considerado como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho. Dentro da perspectiva ontológica crítica, a práxis profissional do(a) assistente social é realizada por meio de duas categorias indissociáveis. São elas:

- (A) Teleologia e causalidade.
- (B) Ética e justiça social.
- (C) Teoria e prática.
- (D) Tese e antítese.
- (E) Movimento e contradição.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

31 As teorias são importantes para o Serviço Social e podem ser expressas simplesmente, o que permite serem utilizadas em todos os níveis de educação e idade. Neste contexto, a teoria que expressa sua preocupação básica na determinação do relacionamento existente entre as partes de um conjunto de elementos e no efeito global exercido pelos subconjuntos sobre o conjunto é a

- (A) dos sistemas.
- (B) transacional.
- (C) da terceira força.
- (D) funcionalista.
- (E) fenomenológica.

32 A ética tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social, ou seja, o ser social como autor e produtor de si mesmo sedimenta a historicidade de sua existência. Na dimensão ética profissional do Serviço Social, é possível eleger um valor ético e um princípio político orientadores do projeto profissional e como medida para julgar a tensão entre a ética e a política. São eles:

- (A) Equidade e Justiça Social.
- (B) Tolerância e Não discriminação.
- (C) Liberdade e Democracia.
- (D) Respeito e Pluralismo.
- (E) Dignidade e Emancipação.

33 A dimensão do “como fazer” marca o processo sócio-histórico da constituição do Serviço Social como profissão. A ultrapassagem de uma perspectiva tecnicista do uso dos instrumentais é fundamental para o exercício profissional, apresentando, neste âmbito, o debate sobre a instrumentalidade. Quanto à instrumentalidade, avalie as afirmativas como verdadeiras ou falsas.

- () A instrumentalidade pode ser analisada como uma categoria constitutiva do Serviço Social.
- () A instrumentalidade deve ser centralizada no conjunto de instrumentos para o fazer.
- () A instrumentalidade se limita à realização sistematizada de ações instrumentais.
- () A instrumentalidade é construída e reconstruída no processo sócio-histórico.
- () Por meio da instrumentalidade, o Serviço Social pode responder às demandas societárias, às requisições socioinstitucionais e às finalidades profissionais.

A sequência correta é

- (A) F, F, F, V, V.
- (B) V, F, F, V, V.
- (C) V, V, F, F, F.
- (D) V, V, V, V, V.
- (E) F, F, V, F, V.

34 Em sua gênese, o Serviço Social fundamentou-se na Doutrina Social da Igreja. Do ponto de vista filosófico, teve por base os princípios de dignidade da pessoa humana, do bem comum, que iluminaram a teoria e a prática do assistente social, desde 1936 até 1960, de maneira preponderante. A filosofia que define a pessoa humana como substância individual (indivisa) de uma natureza racional é a

- (A) voluntarista.
- (B) fenomenológica.
- (C) hedonista.
- (D) aristotélica.
- (E) tomista.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 35 Nas relações capitalistas de exploração e de dominação, existem inúmeras mediações para a produção articulada da estrutura e dos sujeitos, da totalidade, das condições gerais e dos cenários específicos. Como produto da sociedade, o Serviço Social consiste
- (A) em manter a sobrevivência da força de trabalho no cotidiano, no não trabalho no capitalismo e em dar direito à sobrevivência.
 - (B) em mediar o benefício em um processo de relações de força, em que a dinâmica da reprodução se reduz ao gesto de doação.
 - (C) no bloco dominante, como detentor do poder e do saber, gestor da sociedade na dinâmica de dominação.
 - (D) na mediação entre a produção material e a reprodução do sujeito para esta produção, e na mediação da representação do sujeito nesta relação.
 - (E) na mediação, em que a dinâmica da reprodução se reduz ao gesto da doação, que é uma estratégia do dominante, o qual doa diante da fraqueza do dominado.
- 36 As ações profissionais dos assistentes sociais devem visar à construção de autonomia dos sujeitos, para que estes sejam capazes de questionar a ordem estabelecida e reivindicar direitos. Nesta perspectiva, as ações profissionais devem ser pautadas em três eixos interventivos centrais. São eles:
- (A) Processos metodológicos, processos legislativos e processos político-partidários.
 - (B) Processos éticos, processos organizativos e processos burocráticos.
 - (C) Processos autocráticos, processos paliativos e processos teóricos.
 - (D) Processos político-organizativos, processos de planejamento e gestão e processos socioassistenciais.
 - (E) Processos informacionais, processos democráticos e processos consensuais.
- 37 A perspectiva histórica permite desvendar as relações e os significados das posturas teóricas, ao mesmo tempo em que é feito o trabalho teórico sobre a própria história em que se situam as estratégias de ação no confronto de posições. A discussão dessas estratégias em Serviço Social tem por objetivo
- (A) explicitar esses confrontos, refletindo o posicionamento teórico-político do determinismo do opressor na estratégia de aliança entre profissional e usuário.
 - (B) definir um processo de articulação da mudança de relações entre atores/forças para o aumento de poder dos sujeitos usuários da ação profissional.
 - (C) configurar a totalidade das relações sociais, cujas relações de poder e saber são simétricas, marcadas pela hegemonia.
 - (D) apresentar um pacote de fórmulas de intervenção e estratégias de *empowerment* da ação profissional.
 - (E) Encaminhar, numa perspectiva materialista, uma política de reforço da dominação através de estratégias clientelistas.
- 38 A questão da pobreza se inscreve numa relação social de exploração e dominação na produção da riqueza social, apropriada, em grande parte, por uma minoria em detrimento da maioria, que, assim, se vê privada dos meios de vida necessários à sua sobrevivência e à satisfação das necessidades historicamente construídas para uma convivência social digna. Assim,
- (A) a Revolução Francesa, através de seu Comitê de Mendicância, implantou as workhouses na Alemanha no século XVII, devendo-se, no interior dos albergues, forçar os pobres a trabalhar, mesmo ao preço de sua saúde.
 - (B) a revolução de 1848 reivindicou o direito à assistência, que foi garantida na ótica liberal.
 - (C) os conceitos de pobreza absoluta (relativos ao mínimo de subsistência) se relacionam com o de pobreza relativa em nível de renda e riqueza.
 - (D) para trabalhar com os pobres, em geral, há muitos recursos e poder, e mesmo reconhecimento de teorias.
 - (E) a classificação dos pobres refletia as noções que os distinguem em bons e maus: os bons eram os que se revoltavam contra a sua miséria.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 39 Quanto ao Benefício de Prestação Continuada, tratado na Lei nº 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é correto afirmar:
- (A) Caso a pessoa com deficiência esteja em instituições de longa permanência, na condição de acolhimento, ainda assim poderá receber o benefício de prestação continuada, desde que não esteja recebendo pensão especial de natureza indenizatória.
 - (B) Para que o idoso de 60 (sessenta) anos receba o benefício de prestação continuada, além da avaliação social realizada por peritos do INSS, deve haver a comprovação de que sua família possua renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.
 - (C) O benefício de prestação continuada será dado à pessoa com deficiência que tenha, há pelo menos um ano, impedimento de natureza física, mental, ou sensorial que possa obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em iguais condições das demais pessoas.
 - (D) O benefício de prestação continuada não será cessado e nem suspenso, se a pessoa com deficiência desenvolver suas capacidades cognitivas, motoras ou educacionais, ou se realizar atividade não remunerada de habilitação.
 - (E) Além de ser revisto a cada 2 (dois) anos, o benefício de prestação continuada será suspenso pelo órgão concedente quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, salvo na condição de microempreendedor individual.
- 40 De acordo com a Lei nº 8.742/93 (LOAS), a Assistência Social, dentre outros princípios, é regida pelo princípio do(da)
- (A) igualdade no acesso ao atendimento, vedada a discriminação, de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
 - (B) supremacia do atendimento, respeitadas as exigências de rentabilidade econômica, tanto para as populações urbanas quanto para as rurais.
 - (C) respeito à dignidade do cidadão e ao seu direito a serviços de qualidade, sendo vedada qualquer comprovação de necessidade.
 - (D) universalização dos benefícios e direitos sociais, para tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas políticas públicas e apto a todos os benefícios.
 - (E) divulgação ampla de benefícios, programas e projetos assistenciais, inclusive dos beneficiários destes, salvo quanto aos recursos oferecidos pelo Poder Público.
- 41 A Lei nº 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), disciplina a educação especial, sendo esta a modalidade de educação para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Sobre o tema, é correto afirmar:
- (A) Por ser dever constitucional da sociedade, a educação especial terá início na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos, durante a educação infantil.
 - (B) Deverá haver, apenas quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da educação especial.
 - (C) Os sistemas de ensino assegurarão educação especial na área artística ou psicomotora para aqueles que revelem capacidade de inserção no trabalho competitivo.
 - (D) O atendimento educacional deverá ser feito em classes e escolas especializadas, ainda que seja possível a integração do alunado de educação especial nas classes comuns de ensino regular.
 - (E) O acesso diferenciado aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o nível do ensino superior será assegurado pela União Federal, em conjunto com as instituições privadas sem fins lucrativos.
- 42 A Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde) estabeleceu a competência da direção do Sistema Único de Saúde (SUS) dos entes federativos. Assinale a alternativa que apresenta competências relativas à Direção Municipal do SUS.
- (A) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS).
 - (B) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde.
 - (C) Estabelecer normas, em caráter suplementar, para o controle e avaliação das ações e serviços de saúde.
 - (D) Formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.
 - (E) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 43 Conforme o Decreto nº 3.048, de 1999, que regulamenta a Previdência Social, o período de carência consiste no tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. Sobre o tema, é correto afirmar:
- (A) Para o segurado especial, considera-se período de carência o tempo mínimo de efetivo exercício de atividade rural, desde que de forma contínua, igual ao número de meses necessário à concessão do benefício requerido.
 - (B) Não será considerado nenhum tempo de contribuição efetuado pelo servidor público ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a União, autarquias e fundações públicas federais.
 - (C) Independe de carência a concessão de pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente de qualquer natureza.
 - (D) O período de carência é contado para o segurado empregado, segurado especial e trabalhador avulso, da data de filiação ao Regime Geral de Previdência Social.
 - (E) A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência de auxílio-doença, reabilitação profissional e aposentadoria por invalidez depende de 12 (doze) contribuições mensais, como carência.
- 44 O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 – ECA) dispõe, em seu art. 19, “caput”, que é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Acerca do tema, é correto afirmar:
- (A) Os pais possuem o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes também a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais, independentemente do interesse da criança ou do adolescente.
 - (B) A condenação criminal do pai ou da mãe poderá implicar a destituição do poder familiar, caso haja condenação por crime contra o próprio filho ou filha, sujeito à pena de reclusão, ainda que seja culposo.
 - (C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo decisão da autoridade judiciária, em consonância com os interesses dos pais do menor.
 - (D) Não constitui motivo suficiente para a perda do poder familiar a falta de recursos materiais, salvo se for decretado pelo Poder Judiciário, por se tratar de descumprimento dos deveres e obrigações.
 - (E) Pai e mãe têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas.
- 45 Acerca da prática de ato infracional, assinale a alternativa que apresenta conteúdo condizente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90).
- (A) O menor de 18 (dezoito) anos é penalmente inimputável, salvo se realizar conduta descrita como crime ou contravenção penal.
 - (B) O adolescente pode ser internado, ainda que antes da sentença, sendo resguardado o direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, salvo nos casos de flagrantes.
 - (C) O adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
 - (D) No regime de semiliberdade, é possível a realização de atividades externas, desde que autorizadas judicialmente, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização.
 - (E) A medida de internação, aplicada em função de reiteração do cometimento de outras infrações graves, poderá exceder o período máximo de 3 (três) anos.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 46 O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/03, estabeleceu disposições acerca da educação, da cultura, do lazer, bem como da profissionalização e do trabalho do Idoso. Sobre estes temas, é correto afirmar:
- (A) A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será gratuita para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
 - (B) Os níveis de ensino formal poderão incluir em seus currículos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, visando produzir conhecimento sobre a matéria, conforme o caso.
 - (C) Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, salvo se a entidade contratante assim o exigir.
 - (D) O idoso tem direito ao exercício da atividade profissional, devendo o Poder Público garantir que ele possa competir no mercado de trabalho em iguais condições físicas, intelectuais e psíquicas.
 - (E) O Estado criará e estimulará programas de preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses.
- 47 A Lei nº 10.741/03, Estatuto do Idoso, assegurou a este atenção integral à Saúde, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. Nesta esteira, e em consonância com o Estatuto do Idoso, é correto afirmar:
- (A) O idoso enfermo pode receber em seu domicílio perícia médica do INSS, pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o SUS, para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais.
 - (B) O Estado e as instituições privadas deverão fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos de uso continuado, assim como, no caso do poder público, próteses e outros recursos relativos à reabilitação.
 - (C) É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores ou atendimento diferenciados em razão da idade, deficiência ou da limitação incapacitante.
 - (D) Nos casos em que o idoso não possa comparecer perante os órgãos públicos, o agente tem o dever de promover o contato com aquele em sua residência para que constitua procurador, de forma legal.
 - (E) É cabível o atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar, mesmo que não esteja impossibilitada de se locomover, podendo ocorrer tanto no meio urbano quanto no rural.
- 48 Sobre a Usucapião Especial de Imóvel Urbano, disciplinada pela Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), é correto afirmar.
- (A) O herdeiro do possuidor que recebeu o título de domínio continua, de pleno direito, a posse do antecessor, ainda que não resida no imóvel na data da morte deste.
 - (B) O autor da ação de Usucapião Especial Urbana terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.
 - (C) A concessão do título de domínio independe de estado civil do possuidor, salvo se o reconhecimento do direito estiver sendo concedido ao mesmo possuidor.
 - (D) Caso o imóvel urbano seja superior a 250 m², o possuidor não pode somar sua posse à de seu antecessor, ainda que sejam ininterruptas, para preencher os cinco anos exigidos.
 - (E) A usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, ou por acordo extrajudicial com registro no cartório de registro de imóveis.
- 49 A Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, estabeleceu as medidas protetivas de urgência. Acerca do assunto, é correto afirmar:
- (A) Por se tratar de medida de urgência, a Medida Protetiva requerida pela ofendida, pelo Ministério Público ou pela Autoridade Policial poderá ser concedida pelo juiz antes da audiência.
 - (B) A ofendida poderá pleitear novas medidas protetivas de urgência, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.
 - (C) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou da ofendida.
 - (D) Recebido o inquérito policial, o juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, deverá determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, ouvido o Ministério Público.
 - (E) É cabível a revogação da prisão preventiva se, após a sentença, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 50 A Lei nº 7.853/89 regulou o direito das Pessoas Portadoras de Deficiência, estipulando, dentre outras medidas, que o Poder Público e seus órgãos devem assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. São medidas na área da educação:
- (A) A inserção, no sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas, bem como a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento privado de ensino.
 - (B) Inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, ensino superior, inclusive curso de pós-graduação.
 - (C) O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial para 1º e 2º graus, em unidades hospitalares nas quais estejam internados educandos portadores de deficiência.
 - (D) Matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.
 - (E) O acesso gratuito de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo, de observância obrigatória.